



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14439 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

PROCESSO DE RECONTEXTUALIZAÇÃO COMO UMA CHAVE DE LEITURA PARA ENTENDER O NOVO ENSINO MÉDIO

Gabriel Schenkmann Arnt - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

PROCESSO DE RECONTEXTUALIZAÇÃO COMO UMA CHAVE DE LEITURA PARA ENTENDER O NOVO ENSINO MÉDIO

Resumo: Este texto tem por objetivo refletir sobre a potência do conceito de recontextualização para refletir sobre como os professores/as estão lidando com o Novo Ensino Médio. Para isso em um primeiro momento se discorre sobre o conceito de currículo a partir de Sacristán (2000) e o de recontextualização de Bernstein (1996). A partir destes conceitos e dos achados de uma pesquisa com professores da Rede Estadual do Rio Grande do Sul defender a potencialidade deste conceito para a pesquisa sobre currículo tendo como enfoque o Novo Ensino Médio.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio, Recontextualização, Currículo.

Introdução

O ano de 2023 iniciou com um intenso debate sobre o Novo Ensino Médio (NEM). A campanha #revogaNEM ganhou as redes sociais e colocou em debate as consequências dessa reforma. As críticas a reforma do Ensino Médio tem sido feita por professores/as e especialistas desde a sua concepção. Em um primeiro momento pela forma açodada como foi implementada, através de uma Medida Provisória (nº 746/2016), e, portanto, sem um debate com a sociedade mais ampla. Entretanto, as críticas à época não ficaram restritas a forma mas também em relação ao seu conteúdo, uma vez que vinculava o Ensino Médio aos interesses e demandas do mercado (FERRETI; DA SILVA, 2017). Com isso haveria uma diminuição das disciplinas obrigatórias (com exceção de português e matemática) e a criação de uma parte flexível do currículo, que deveria se vincular aos interesses dos jovens e as necessidades do

mercado de trabalho.

Em um primeiro momento esse debate ficou restrito aos especialistas e professores/as mas a partir deste ano, dois fatores impulsionaram este debate: a mudança de governo, com a volta do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal e a implementação, em 2023, dos Itinerários Formativos, que são a grande mudança proposta por esta reforma. Por um lado vemos uma maior abertura à crítica e, por outro, a confusão que tem sido esses primeiros meses de implementação, evidenciando a falta de formação por parte dos Estados para preparar os professores/as para estas mudanças, a falta de investimento em infraestrutura das escolas, assim como tem sido realçado as diferenças entre as escolas públicas e privadas, indicando o aumento da desigualdade.

A pressão por mudanças surtiu efeito e, atualmente, existe uma portaria suspendendo a implementação do Novo Ensino Médio e a chamada de uma consulta pública sobre a política. Independente do que acontecerá, os professores/as estão tendo que enfrentar esta reforma, cabe, portanto, olhar para as escolas e para estes docentes para entender como este processo tem ocorrido. Para isso, neste texto, pretendo evidenciar como o conceito de recontextualização (BERNSTEIN, 1996) pode ser uma chave de leitura potente para compreender este processo. Para isso me basearei nos resultados de uma dissertação de Mestrado que entrevistou professores da Rede Estadual do Rio Grande do Sul para entender o processo de recontextualização dos conhecimentos sociológicos e como os achados desta pesquisa podem ser um ponto de partida interessante para pensar o Novo Ensino Médio.

Novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a reforma do Ensino Médio tem chamado a atenção pela velocidade de implementação, sem muito diálogo com as comunidades escolares. Em função da pandemia, muitos dos debates foram feitos de maneira remota, porém com pouco espaço para a oposição (SARAIVA; CHAGAS; LUCE, 2022). Também foi uma marca deste processo a falta de informações sobre o NEM, muitas vezes as informações chegavam antes aos meios de comunicação do que aos professores/as e sempre muito próximo de sua implementação.

Assim, em 2022, todos os alunos do primeiro ano do Ensino Médio da Rede Estadual já seguem o novo currículo, que teve o acréscimo de quatro disciplinas: Projeto de Vida, Mundo do Trabalho, Iniciação Científica e Culturas Digitais. A partir de 2023 cada Área do Conhecimento (Humanas, Natureza, Matemática e Linguagens) foi dividida em dois Itinerários Formativos, e cada um destes subdivididos em três trilhas de aprofundamento, totalizando 24 trilhas. Cada trilha é composta por sua área de conhecimento e uma área complementar (RIO GRANDE DO SUL, 2022). Cada escola fez uma feira de trilhas onde os alunos puderam optar pelas que mais se interessavam e, a partir disso, escolheram quais trilhas fariam parte do seu currículo.

Após essas escolhas cada escola precisa readequar o seu quadro docente uma vez que muitas disciplinas perderam períodos e os professores/as tiveram que ser realocados. Cada componente das trilhas tem especificado de qual área o professor/a deve ser, recomendando uma disciplina específica da área e que preferencialmente tenha alguma formação correlata ao componente. Sabemos que na prática isso não deve estar sendo seguido e cada escola deve estar realocando seus professores/as de acordo com as suas possibilidades. Assim, professores/as terão que ministrar disciplinas aos quais não tem formação adequada. É dentro deste contexto que podemos refletir sobre a potência do conceito de recontextualização para entender esse processo pelos quais os professores/as estão passando.

Currículo e Recontextualização

Ao olhar para o currículo do Novo Ensino Médio precisamos compreendê-lo como a expressão das disputas e dos diferentes interesses e forças que estão em jogo em determinado momento sendo o currículo o meio pelo qual os objetivos da escolarização serão alcançados (SACRISTÁN, 2000). Ou seja, um sistema formado pelo cruzamento de diferentes práticas e processos pedagógicos, que ocorrem dentro de certas condições materiais e simbólicas, sendo composto por diferentes níveis, e que nesses diferentes níveis, forças contraditórias atuam, evidenciando um certo grau de autonomia nesse processo.

Assim, para entender como esse processo ocorre que o conceito de recontextualização foi utilizado, inserido dentro de uma perspectiva teórica mais ampla: o Dispositivo Pedagógico, termos estes criados por Bernstein (1996). Este modelo é pensado para explicar como o conhecimento de um campo específico é transformado para se tornar um conhecimento escolar. Neste processo o conhecimento sofre diversas reinterpretações ao passar por diversos campos de recontextualização e ser influenciado por diferentes atores. Portanto esse conhecimento é deslocado do seu contexto de produção e realocado em diferentes campos do dispositivo pedagógico, que podem ser as secretarias de educação, os documentos oficiais, livros didáticos ou as orientações passadas aos professores (BERNSTEIN, 1996; MAINARDES; STREMELE, 2010). Assim, “a recontextualização pode ser compreendida como as formas pelas quais os sujeitos, as instituições ou os sistemas de ensino vão interpretar, dialogar, receber, aceitar, agir, resistir e transformar, no campo da prática, os dispositivos normativos oficiais” (SILVEIRA; SILVA; OLIVEIRA, 2022, p. 6).

Essa perspectiva teórica coloca a política curricular como um processo que sofrerá diferentes transformações a medida que vai sendo apresentada a outros sujeitos. Ou seja, os documentos oficiais que dentro da teoria de Bernstein fazem parte do campo recontextualizador oficial será recontextualizado pelos professores/as que fazem parte do campo recontextualizador pedagógico para ser o currículo dado pelos docentes em suas aulas e esse processo, não é homogêneo e permeado por diferentes fatores como os que demonstrarei a seguir através de uma dissertação de mestrado realizada com professores de sociologia utilizando este conceito.

O processo de recontextualização na prática

Uma particularidade do ensino de Sociologia que pode ser interessante para pensarmos a realidade que está se impondo aos professores/as no contexto do NEM é que somente 18% de todos professores/as de sociologia no Rio Grande do Sul em 2021 tem formação adequada para a disciplina (DEED/INEP, 2022). Tendo essa realidade em mente foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com professores da disciplina, dois formados em Ciências Sociais e quatro formados em outras disciplinas da área de humanas. O objetivo era entender que referenciais eles utilizavam para elaborar os seus currículos. Outra particularidade da disciplina é a sua história intermitente como uma disciplina obrigatória na educação básica, carecendo de um arcabouço consolidado de conhecimentos como outras disciplinas.

Um primeiro elemento que ficou evidente foi a precarização e intensificação do trabalho docente. Todos professores têm uma grande quantidade de turmas e de planejamentos diferentes. Os docentes licenciados em Ciências Sociais, quando mantêm somente a disciplina de sociologia tinham um total de 26 turmas para uma carga horária de 40 horas. Outra realidade que apareceu na pesquisa foi a necessidade de ter mais de uma disciplina, ministrando também outras disciplinas da área de humanas ou ensino religioso. Já os professores formados em outras áreas relataram a dificuldade de ministrar uma disciplina ao qual não tem formação específica, mesmo com uma proximidade (professores de História e Filosofia). Também ficou evidente que não há tempo para reuniões ou algum trabalho coletivo entre professores/as.

Mas ainda assim os professores precisam elaborar os seus planejamentos, qual o processo de recontextualização realizado? Os professores formados na disciplinas trouxeram a importância da sua trajetória acadêmica e como aquilo que eles fazem em sala de aula é permeado por essa experiência. Ainda assim eles se utilizam do livro didático como um instrumento para dar legitimidade para as suas escolhas, assim este se torna um material de consulta. Já os professores formados em outras disciplinas fazem o movimento de trazer a sociologia mais para perto da sua área de formação, para um conhecimento que eles possam se ancorar e que sintam que já tem uma base consolidada, quando precisam buscar os conhecimentos da sociologia, também se ancoram no livro didático, uma vez que o acesso aos mesmos é bastante facilitado. Também evidenciaram o desconforto de ministrarem a disciplina e relataram a falta de tempo para se preparar para as aulas. O fato de haver poucos professores formados em Ciências Sociais também dificulta esse processo, pois não há uma pessoa de referência na escola para dialogar. Essa dificuldade também é encontrada pelos licenciados em Ciências Sociais uma vez que existe uma grande possibilidade ser o único professor/a com essa formação.

Outro elemento que se fez bastante presente na pesquisa foi a importância da concepção que os professores/as têm, qual o papel da sociologia na educação básica, assim como as suas concepções sobre educação de maneira mais ampla e diferentes concepções sobre os alunos. Essas concepções têm um papel importante para evidenciar diferentes recontextualizações realizadas por diferentes sujeitos.

Pistas para pensar o Novo Ensino Médio

Os elementos apresentado no texto com base em uma dissertação de mestrado nos dão pistas do que vem ocorrendo com a implementação do Novo Ensino Médio, uma vez que pelos relatos de professores/as em sala de aula essa realidade tem se intensificado em 2023. Uma demanda cada vez maior de trabalho para estes docentes. Muitos professores/as tendo que ministrar disciplinas as quais não tem uma formação adequada, somado a isso a falta de informação sobre todo o processo de reforma do Ensino Médio, assim como a falta de formação por parte da Secretária de Educação do Rio Grande do Sul. Como uma estratégia para esta realidade circula em grupos de *Whatsapp links* com diversos materiais didáticos sobre os novos componentes curriculares. Outra estratégia de resistência tem sido colocar os conteúdos de suas disciplinas de origem nestes novos componentes curriculares, uma vez que a carga horária foi reduzida.

Enfim, independente do que ocorrerá com essa política curricular os professores estão tendo que enfrentar no dia a dia essas dificuldades para construir seus currículos. O conceito de recontextualização tem, portanto, uma potência para ajudar a analisar essa situação e entender esse processo como um todo. Como os professores estão recebendo esses documentos oficiais e o que tem sido feito a partir disso deve ser colocado em evidência para valorizar o trabalho docente, tão desvalorizado neste país. Assim como é necessário escancarar a desorganização e a dificuldade de se colocar em prática os itinerários formativos, subsidiando e reforçando os argumentos daqueles que defendem a revogação. Mais pesquisas sobre o que tem sido feito nas escolas por professores/as são necessárias não somente para refletir sobre as políticas curriculares, mas também para secretariar os movimentos de resistência que bravamente são feitos por professores/as.

Referências

BERNSTEIN, Basil. **A Estruturação do Discurso Pedagógico**: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

DEED/INEP. **Resumo Técnico do Estado do Rio Grande do Sul**: censo da educação básica

2021. Brasília: INEP, 2022.

FERRETI, Celso João; DA SILVA, Monica Ribeiro. Reforma do Ensino Médio no Contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385–404, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200385&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 6 out. 2021.

MAINARDES, Jefferson.; STREMEL, Silvana. A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais e curriculares. **Revista Teias**, [s. l.], v. 11, n. 22, p. 31-54, 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24114/17092>>

RIO GRANDE DO SUL. **Itinerários Formativos – Trilhas de Aprofundamento – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2022. *E-book*. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1EMBNmMPiJQZO3Gs60Ee1G1VtASsyMUzr/view?usp=embed_facebook. Acesso em: 24 abr. 2023.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SARAIVA, Mateus; CHAGAS, Ângela; LUCE, Maria Beatriz. Não está calado quem peleia: debate sobre o ensino médio no Rio Grande do Sul. **Retratos da Escola**, [s. l.], v. 16, n. 35, p. 419–442, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1544>. Acesso em: 16 set. 2022.

SILVEIRA, Éder da Silva; SILVA, Monica Ribeiro da; OLIVEIRA, Adriana Martins de. Processos de Recontextualização: subsídios para uma análise crítica de políticas curriculares. **Jornal de Políticas Educacionais**, [s. l.], v. 16, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/87821>. Acesso em: 24 abr. 2023.